



Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 369ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11 de setembro de 2014, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa Chibatão Navegação e Comércio Ltda., uma vez que regular e tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, por conseguinte, a íntegra da decisão recorrida. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, o Procurador Federal, Carlos Afonso Rodrigues Gomes e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 30 de setembro de 2014.

MÁRIO POVIA  
Diretor-Geral  
Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA  
Relator

ADALBERTO TOKARSKI  
Diretor

ACÓRDÃO Nº 68-2014

Processo: 50300.001671/2013-12.

Parte: ALEMOA S.A. IMÓVEIS E PARTICIPAÇÕES.

Ementa: Trata o presente acórdão do exame de recurso administrativo interposto pela empresa Alemoa S.A. Imóveis e Participações, CNPJ nº 58.128.687/0001-25, contra decisão preliminar da extinta Superintendência de Portos, que arquivou o processo 50300.001671/2013-12, em virtude do não saneamento das pendências documentais relativas à outorga de autorização para implantação de Terminal de Uso Privado - TUP, no município de Santos - SP.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 369ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11 de setembro de 2014, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o recurso administrativo interposto pela empresa Alemoa S.A. Imóveis e Participações, uma vez que regular e tempestivo para, no mérito, negar-lhe provimento, posto que as razões e documentos apresentados não foram capazes de ensejar a revisão da decisão adotada pela antiga Superintendência de Portos - SPO, desta Agência, impondo-se a manutenção da decisão anterior em todos os seus termos e fundamentos, objeto do Ofício nº 264/2014-SPO, de 11 de março de 2014, que comunicou o arquivamento do requerimento apresentado pela interessada. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor, Adalberto Tokarski, o Procurador Federal, Carlos Afonso Rodrigues Gomes, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 30 de setembro de 2014.

MÁRIO POVIA  
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA  
Diretor-Relator

ADALBERTO TOKARSKI  
Diretor

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL  
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 2.304, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 41, incisos VIII e X do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, e alterações posteriores, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº00065.120906/2014-07, resolve:

Excluir o Aeródromo Público Porto Caracará (MT) do cadastro de aeródromos, fechando-o ao tráfego aéreo. Ficam revogadas as portarias de homologação anteriores deste aeródromo. Esta Portaria entra em vigor em 11 de dezembro de 2014.

O inteiro teor desta Portaria encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS  
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE  
ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.305, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o

art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.082689/2014-31, resolve:

Art. 1º Homologar o Curso Teórico/Prático de Comissário de Voo, por 5 (cinco) anos, da PREMIER ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rua Ulisses Pompeu de Campos, nº 132, sala 09, Bairro Centro, na cidade de Várzea Grande (MT), CEP: 78110-601.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO  
ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO  
DE MERCADO

PORTARIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, tendo em vista o disposto na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, resolve:

Nº 2.299 - Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária GOLOSOV TAXI AÉREO LTDA, CNPJ 20.165.188/0001-35, com sede social em Macaé (RJ), como empresa de transporte público não regular de pessoas e cargas na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria. Processo nº 00058.000182/2013-86.

Nº 2.300 - Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária BIMAVA TAXI AÉREO LTDA, CNPJ 17.040.617/0001-33, com sede social em São Paulo (SP), como empresa de transporte público não regular de pessoas e cargas na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria. Processo nº 00058.026346/2012-14.

Nº 2.301 - Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária NTA TAXI AÉREO LTDA, CNPJ 02.660.207/0001-18, com sede social em Goiânia (GO), como empresa de transporte aéreo público não-regular de pessoas e cargas na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria. Processo nº 60800.016749/2010-65. A empresa deverá comprovar o início do processo de certificação para obtenção do Certificado de Operador Aéreo - COA no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de revogação desta Autorização de Funcionamento Jurídico.

Nº 2.302 - Revogar a autorização para funcionamento jurídico da sociedade empresária FALCONAIR TAXI AÉREO LTDA., CNPJ 19.917.945/0001-49, com sede social em São Paulo (SP), como empresa de transporte aéreo público não-regular de pessoas e cargas na modalidade táxi aéreo. Processo nº 00058.070107/2013-82. Fica revogada a Portaria nº 445/SRE, de 20 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 24 de fevereiro de 2014, Seção 01, página 3.

Nº 2.303 - Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária NATIONAL AIR COMMANDER TAXI AÉREO LTDA, com sede social em Brasília (DF), como empresa de serviço de transporte público não regular na modalidade de táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria. Processo nº 00058.072017/2014-15.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PORTARIA Nº 79, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 24-E, inciso I, alíneas "a" e "c", e inciso III, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, combinado com o art. 2º da Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013, regulamentados pelo art. 1º, inciso I, alíneas "a" e "c", e inciso III e art. 6º ambos do Decreto nº 8.001, de 10 de maio de 2013, bem como o Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 38, de 1º de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º - Esta Portaria detalha as competências do Núcleo de Apoio ao Artesanato, subordinado à Secretaria-Executiva da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

Art. 2º - Ao Núcleo de Apoio ao Artesanato compete subsidiar o Secretário-Executivo no apoio ao Ministro de Estado no exercício das competências:  
....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME AFIF DOMINGOS



Ministério da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 954,  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, tendo em vista o amparo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e o que consta do Processo nº 21000.005212/2014-67, resolvem:

Art. 1º Estabelecer os seguintes parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio do instrumento de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO), para a borracha natural, da safra 2013/2014:

I - dos participantes dos leilões: produtores rurais e suas cooperativas;

II - do destino do produto: qualquer localidade;

III - do Preço Mínimo: o vigente na data de realização dos leilões, publicado em Portaria pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

IV - do volume de recursos: até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), limitados às Operações Oficiais de Créditos (OOC), na rubrica Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;

V - do limite de venda do produto/leilão/produtor rural: a ser definido pelo MAPA;

Art. 2º O Valor Máximo do Prêmio (VMP) deve ser calculado pelo MAPA, com base na seguinte fórmula:

VMP = PM - Pmm, onde:

PM = Preço Mínimo básico;

Pmm = Preço médio de mercado do Cernambi 53% de DRC, apurado pela Conab, dos 5 (cinco) últimos dias anteriores à data limite para divulgação do aviso do leilão;

Parágrafo único. A garantia de preço ao produtor rural ou sua cooperativa se dará por meio da comprovação da venda do seu produto por valor não inferior à diferença entre o Preço Mínimo vigente e o prêmio arrematado.

Art. 3º Na data da realização do leilão, o participante deverá estar adimplente junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e possuir cadastro em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

Art. 4º O prazo de comprovação de venda do produto amparado pelo produtor rural e pela cooperativa de produtores, observado o período de vigência do Preço Mínimo, é de até 35 (trinta e cinco) dias corridos da data da realização do leilão.

Art. 5º O prazo limite para a comprovação da operação para fins de recebimento do prêmio será de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados após a data limite estabelecida para a venda do produto amparado em cada leilão, cabendo ao MAPA estabelecer o limite para cada operação.

Art. 6º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GUIDO MANTEGA

Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR

Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 220, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Portaria MP nº 327, de 16 de setembro de 2013; na Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004; na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; na Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 70010.000684/2014-10, resolve:

Art. 1º Tornar pública a retificação do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de vagas para as seguintes carreiras: Fiscal Federal Agropecuário e Atividades Técnicas de Fiscalização do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE afetos ao MAPA, nos termos do Edital nº 1, de 20 de janeiro de 2014, publicado em 21 subsequente, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0044382-25.2014.4.01.0000/DF, Agravo de Instrumento em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, nos seguintes termos:

I - Resultado final retificado de candidato, em caráter sub judice, na seguinte ordem: cargo/localidade, inscrição, nome, nota nas provas objetivas, nota na prova discursiva, nota final e classificação no concurso público.